

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO **CRIME ORGANIZADO**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2008

(Do Sr. Givaldo Carimbão)

Requer a realização de
Audiência Pública para debater
a PEC 549/06.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvidos os ilustres parlamentares, seja realizada audiência pública para que possamos discutir a PEC 549/06 – que acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica - e suas implicações e consequências.

Aproveito o ensejo para também sugerir que sejam convidadas as seguintes instituições e personalidades:

- a) o Cel. Marlo Jorge Teza, Presidente da FENEME - Federação Nacional de Oficiais Militares e Estaduais;
- b) o Sr. Ricardo Balesteri, Presidente da SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- c) o Cel. PM Roberto Antônio Diniz, Presidente do CNCG – PM/CBM – Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;
- d) o Sr. Marcos Vinícius Wink, Presidente da FENAPEF – Federação Nacional dos Policiais Federais;
- e) o Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da ADEPOL – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil;

- f) o Sr. Mario Jordão Toledo Leme, Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia;
- g) o Sr. Jânio Bosco Gandra, Presidente da COBRAPOL – Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis;

JUSTIFICAÇÃO

Não é de hoje que autoridades policiais militares, civis e federais se confrontam no campo operacional, ora por entenderem que a atribuição de uma delas foi invadida, ora por se acusarem reciprocamente de omissão no exercício dos deveres funcionais

Estamos passando por um período de discussão sobre a carreira de polícia. Aproveitando essa visibilidade, tem-se que tentar discutir sobre as formas de melhoria para que se obtenha o máximo de parceria entre as polícias, visando, unicamente, à agilidade e maior facilidade na resolução dos conflitos populacionais.

Essa relação conturbada entre esses segmentos da polícia causa um sentimento de fragilidade e desconfiança nas instituições perante a população.

Para que todos esses efeitos maléficos diminuam e a polícia brasileira se torne cada vez mais forte e unida, propomos a realização dessa audiência pública, que tem como finalidade maior, o bem estar da população do País.

Desse modo, nada mais natural do que aproveitar este momento para ampliar o debate, fazendo com que a Comissão Permanente de Segurança Pública também contribua para o aperfeiçoamento da matéria.

Pelo exposto peço a anuência dos nobres pares.

Sala da Comissão, em ____/____/____

Deputado **GIVALDO CARIMBÃO**
PSB/AL